

Espaços e redes de resistência na Grande Lisboa: a memória da Primeira República durante o Estado Novo

Maria Alice Samara

No âmbito do projeto de investigação em curso constitui-se como objectivo central a análise da *Grande Lisboa* (a cidade e as localidades em seu redor) pensada como lugar político e cultural, tendo como balizas cronológicas o final da II Guerra Mundial em 1945 e a revolução de 25 de Abril de 1974¹. Neste caso, procurámos trabalhar a memória da Primeira República (1910-1926) durante o Estado Novo (1933-1974), e o seu significado e importância para os diferentes grupos oposicionistas. De igual modo, procuramos recuperar o significado político e cultural de lugares na cidade de Lisboa centrais para as comemorações e para a memória do republicanismo e da oposição à ditadura.

Partindo da premissa que a República, enquanto ideia e património político, foi um dos componentes centrais da cultura de uma parte significativa da oposição ao Estado Novo, esta investigação centra-se nas comemorações do 5 de Outubro que tiveram lugar na cidade de Lisboa, desde o final dos anos 40 até 1973. Pretende-se assim surpreender a articulação entre a memória do republicanismo, o espaço da cidade e os lugares de importância simbólica, que se assumem como significativos para os vários grupos e agentes oposicionistas e resistentes. Atendendo à regularidade e consistência das práticas comemorativas, consideraremos para este trabalho o cemitério do Alto de São João e a estátua de António José de Almeida, ambos em Lisboa. Aliás, muito embora sejam analisadas com maior detalhe as comemorações que tiveram como palco o cemitério, tanto o Alto de São João como a estátua devem

¹ *Espaços e redes de resistência na Grande Lisboa* (projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT).

ser equacionados levando em linha de conta a sua complementaridade e inter-relação, na geografia da memória republicana.

A data escolhida foi a da comemoração da implantação da República a 5 de Outubro, sem surpresa, um dos dias mais significativos do calendário republicano. Esta é entendida como um momento disruptor, uma data alternativa às festividades associadas ao Estado Novo, que na construção da sua legitimidade política não deixou de se apresentar também como o oposto da I República.

Ao longo do período estudado, a comemoração da implantação da República era entendida não apenas como uma data histórica, mas como um *“ato de fé que se renova, acrescentando ao passado o “fogo vivo das aspirações que demandam o futuro”* (Diário de Lisboa, 4 de outubro de 1950). A ideia de um ato de fé que se renova remete-nos para um dos pressupostos centrais em que esta comunicação se baseia: a ideia de que a comemoração do 5 de Outubro não é apenas uma renovação mas também uma recriação de sentidos políticos associados à data, integrando assim plenamente a luta contra o próprio Estado Novo.

Há durante todo o período em análise uma linha de continuidade entre os agentes políticos da República (alguns deles ainda presentes nas comemorações), e outros que, de alguma maneira, se perfilam como os seus “herdeiros”. É, aliás, exatamente essa a expressão que Mário Soares utiliza num comício realizado no Pavilhão dos Desportos em 1979: *“Nós, socialistas, somos os herdeiros dos homens da República”* (Diário de Lisboa, 20074, 6 de outubro de 1979). Se nem todos eram assumidamente sucessores, não deixavam de, no contexto político da ditadura salazarista, reconhecer a importância de relembrar e comemorar uma experiência política se não democrática, pelo menos democratizante. Era, escrevia-se no *Avante*, em 1948, uma *“data de significado progressista”* (Avante!, novembro 1948). A República era entendida como um regime de modernidade política, cultural e cívica.

A análise das dinâmicas comemorativas permite-nos perceber que o combate pela memória – mas também pelo futuro – não se fez apenas com os “velhos republicanos” a passarem o seu testemunho a “novos”. Diferentes forças políticas, de republicanos, a “democratas”, passando por liberais, comunistas e socialistas participaram ativamente nas comemorações do 5 de Outubro em todo o país. A extrema-esquerda, contudo, foi menos permeável a esta causa, não tendo um papel de relevo, enquanto coletivo, nas comemorações. Dito de outra forma, estes eventos

constituíam uma plataforma de entendimento entre uma parte, mas não toda a oposição. A participação nos eventos não significou necessariamente unanimidade. Atente-se ao exemplo de 1968, ano em que se realizaram três manifestações de homenagem na estátua de António José de Almeida a horas diferentes: ação democrático-social, jovens republicanos do centro António José de Almeida e um outro grupo de jovens – de tendência política não identificada neste órgão de imprensa (*Diário de Lisboa*, 16451, outubro de 1968).

Podemos elencar várias razões que explicam a persistência das comemorações da República durante um regime no qual, segundo defendiam os signatários do *Programa para a Democratização da República*, uma “máquina de propaganda” fora “*instalada e posta a funcionar no sentido de apagar a lembrança desses anos de esperança ardente e de sacrifício livremente consentido*” (1961:4). Face à imagem negativa que o regime construiu da República, a luta travava-se, também pela (re)construção do significado do passado.

O mais imediato fator de unificação das diferentes tendências e sensibilidades políticas presentes nas comemorações do 5 de Outubro é a homenagem aos vultos – adiante veremos quais – e aos valores republicanos, de uma cultura política cuja linha entroncava na Revolução Francesa, no liberalismo, no anticlericalismo, nas ideias de abertura e democratização do sistema e mesmo, em alguns casos, em visões mais socializantes. O republicanismo nunca foi um movimento monolítico e as comemorações, sem surpresa, eram levadas a cabo neutralizando as divergências e os conflitos entre as diferentes linhas históricas do republicanismo, que existiram ainda antes da tomada do poder em 1910 e depois da implantação do regime. Fernando Piteira Santos lembrou, no ano anterior às comemorações do cinquentenário, que a melhor homenagem aos combatentes da República era a afirmação da unidade republicana, acrescentando que, sem abdicar das diferenças, era fundamental a união em torno do mesmo propósito e da mesma esperança (Santos, 1959:2-3). Estas divergências existiam no passado, no tempo dos republicanos “históricos”, e, claro está, no presente. Assim, as comemorações permitiam a recriação e afirmação de um património comum, recordado no presente sob o signo da unidade, fazendo assim de uma ideia do passado uma forma de fomentar a necessidade de alianças no presente. Se a unidade republicana era central, também o era a associação da participação popular à revolução republicana. A República – e a ideia de democracia a ela

associada – não estava assim associada apenas a um grupo limitado de agentes políticos, mas estava enraizada no tecido social.

As comemorações republicanas e a mobilização a elas associadas permitem ainda perceber a paulatina agregação de novos significados políticos a esta data. É certo que é utilizada a expressão “romagem de saudade” aplicada às comemorações do 5 de Outubro, especialmente em relação à ida aos cemitérios, de entre os quais o do Alto de São João, mas a forma de olhar para o passado está diretamente condicionada pelo presente – o campo oposicionista em luta contra o poder ditatorial e repressivo do Estado Novo – e com ideias de futuro.

À memória do republicanismo – ou a propósito dela – associou-se desde logo a luta pela democracia ou ainda a ideia de uma jornada de “*unidade democrática*” (*Avante!*, outubro 1956) e de uma “*jornada popular de luta pelas liberdades democráticas*” (*Avante!*, 396, outubro-novembro de 1968). Nos controlados e limitados períodos eleitorais, a ida ao cemitério do Alto de São João permitia ainda um momento de encontro entre os candidatos e outros “democratas” e oposicionistas, bem como um acréscimo no seu peso simbólico, historizando a sua posição política.

Em 1970, segundo o *Avante!* (422, novembro de 1970) as comemorações do 5 de Outubro, deveriam ser, à semelhança de anos anteriores uma “*grande jornada de luta antifascista*”. Ou seja, o Partido Comunista Português (PCP) considera que é importante aproveitar as comemorações de datas históricas de tradição democrática, “*ainda que de significado controverso*”. A “*jornada de ação antifascista*” deveria voltar-se para “*os problemas mais candentes da atualidade política*”.

As comemorações incorporam tanto a luta contra o fascismo como a solidariedade para com os presos políticos. Na memória dos que nela participaram eram um “*ponto de encontro que o fascismo não conseguiu vergar*” (Manuel Tito de Moraes, *Diário de Lisboa*, 21878, 7 de outubro de 1985).

Ainda hoje (fazendo referência a outubro de 2014), o cemitério do Alto de São João continua a ser o palco para as homenagens aos vultos republicanos, incorporando também a consagração de uma das mais importantes feministas, Adelaide Cabete.

Depois do 25 de Abril de 1974, foi erigido no cemitério do Alto de São João o monumento aos antifascistas mortos no campo de concentração do Tarrafal, acrescentando novos significados a este espaço que já continha conjuntos monumentais que homenageavam vários grupos e figuras do republicanismo.

Espaços e cerimónias

Estando a memória da República e do republicanismo presente na cultura política de uma parte significativa da oposição, o segundo – e mais importante – objetivo desta comunicação prende-se com o mapeamento dos espaços e das cerimónias públicas a ela associadas. As formas privadas de comemoração da República, pese embora a sua existência e importância, não serão utilizadas neste trabalho. Interessa-nos o ato público de partilha da comemoração do passado, o tal *ponto de encontro* referido por Manuel Tito de Morais.

A geografia republicana era constituída por uma série de locais simbólicos que se relacionavam diretamente com a história do movimento e com os seus combates. De entre estes relembramos a Rotunda (Marquês de Pombal, Lisboa), local do acampamento revolucionário de Machado Santos nos dias de outubro ou ainda a Câmara Municipal de Lisboa, conquistada em 1908 e de cuja varanda foi proclamada a República em 1910. Fruto de uma tradição anterior, mantiveram-se as jornadas aos cemitérios como forma de tomada de posição política, na homenagem a um morto-herói-exemplo.

No entanto, o espaço da cidade era controlado pelo poder, que impedia os republicanos e os oposicionistas de terem acesso a determinados locais, como a Câmara Municipal de Lisboa. As comemorações oficiais, nomeadamente em 1960, utilizaram a mesma varanda de onde a República fora proclamada. Desta forma, um dos lugares “sagrados” do oposicionismo republicano era apropriado pelo Estado Novo. O regime limitava as comemorações em locais públicos, como a estátua de António José de Almeida. Estando proibidas as manifestações, os republicanos e os oposicionistas não poderiam estar presentes e visíveis nas ruas da cidade que se queriam assépticas e ordeiras. Em 1960, ano do cinquentenário da República, depois da habitual jornada ao cemitério, estava programado um cortejo que teria como destino a Baixa – como vimos local central na geografia republicana. O *Avante!* (294, outubro de 1960) descreveu a tentativa de desfile até à Praça do Município e ruas da baixa “*tudo sob as cargas brutais das forças repressivas*”. As comemorações oposicionistas não deixaram de o programar como forma de contestar a apropriação simbólica desse espaço pelo poder. No 5 de Outubro de 1974, já sob o signo de Abril, as comemorações voltaram a realizar-se na Praça do Município.

Ao longo do período analisado (de 1945 a 1974), com diferentes graus de mobilização e de adesão, as comemorações centraram-se em diferentes tipos de locais, públicos, semipúblicos e privados. Podemos mesmo surpreender alguns de carácter inusitado como as cadeias do regime. Conta-nos Manuel Pedro, lembrando a sua experiência, que “*No dia do aniversário do Partido, no 1.º de Maio, no 5 de Outubro, no 7 de Novembro e no 1.º de Dezembro, vestíamos sempre o «fato novo».*” (Pedro, 2004:89). Para uma parte dos presos “usar a gravata”, reconhecendo a importância do 5 de Outubro e de todas as ideias que a ele se vão associando era uma forma de resistência.

Um dos principais locais onde não só se comemorava, mas se mantinha viva a memória da República era o centro republicano e escolar. Normalmente inserido em bairros populares, os centros mantêm vivo o projeto educativo republicano, fundamentalmente moderno e laico. As suas comemorações das datas festivas do calendário republicano associavam a parte política, a cultural e a escolar, com programas com alunos e famílias. Podemos também encontrar notícias de eventos de beneficência como merendas a crianças e bodos a pobres da freguesia. Juntamente com os centros, outras associações e colectividades promoviam, em simultâneo, sessões evocativas, que tinham lugar na véspera e/ou no dia da implantação da República. Os centros republicanos foram ainda de grande importância durante os períodos eleitorais, suprimindo a dificuldade de encontrar sítios para debates, colóquios ou outras atividades. Como forma de confraternização, os opositoristas organizavam também almoços e jantares comemorativos (no caso de Lisboa, muitas vezes em restaurantes na Baixa).

Os cemitérios constituem-se como outro dos locais das romagens cívicas e políticas associadas ao 5 de Outubro e ao republicanismo. Em Lisboa, o ponto nevrálgico das comemorações é o cemitério do Alto de São João. Segundo Anabela Valente (1993:141-142), foram edificados no cemitério dos Prazeres os túmulos de figuras liberais mas, também, os poucos que se relacionam com o Estado Novo. No entanto, a presença do túmulo de Magalhães Lima (poderia acrescentar-se o nome de Alberto Costa) – ao qual se organizam romagens, sobretudo nos anos 50 – justifica uma menção aos Prazeres na geografia republicana.

Por último, falta referir a estátua de António José de Almeida, inaugurada em 1937, na praça onde convergem a avenida com o nome deste político republicano e a

avenida Miguel Bombarda (importante figura anticlerical e republicana, morto nas vésperas da revolução). A estátua é composta de dois elementos principais, a figura de António José de Almeida e uma enorme mulher-república de pedra, com barrete frígio e um escudo que remete para a iconografia da bandeira nacional. Era para aqui que convergiam as “manifestações” republicanas, no mesmo dia da ida ao cemitério, um local simbólico, expondo e exteriorizando, de forma pública e gregária, a tomada de uma posição política.

A ida à estátua, contrariamente a uma reunião em recinto fechado, afrontava a ordem estabelecida e o regime vai dificultar a realização desta iniciativa, quer proibindo-a (como aconteceu, por exemplo, em 1946 e em 1958), em nome da “ordem pública”, quer reagindo com grande dureza contra aqueles que estavam presentes, sendo frequentes os relatos da presença de um grande aparato policial e violência perpetradas contra os manifestantes. Em 1958 o próprio Humberto Delgado relembrou a violência a que foram sujeitos:

“Quando ia ser deposta uma coroa de flores junto à estátua do antigo presidente da República, Dr. António José de Almeida, a policia comportou-se com indescritível barbarismo, atacando-nos com gás lacrimogéneo, insensível ao número de personalidades entre os manifestantes: além de dois ex-candidatos à Presidência da República, o Dr. Arlindo Vicente e eu próprio, vários candidatos da oposição já idosos, como o Dr. António Sérgio, o Dr. Jaime Cortesão e o Dr. Azevedo Gomes.” (Delgado, 1991:139)

Em 1961, encontramos novamente relatos que fazem referência ao dispositivo “musculado” policial, armado de metralhadoras a tentarem fechar as vias de acesso à estátua. O jornal *Avante!* noticiou prisões e rugas (*Avante!* 307, 1.^a quinzena de outubro de 1961). Em 1969, um piquete de segurança comandado pelo capitão Maltês Rodrigues guardava a estátua. (*O Século*, 7 de outubro de 1969, ANTT²).

Ramon de la Feria, um dos dinamizadores das comemorações e figura maior do Centro Escolar Republicano Almirante Reis (CERAR), afirmou em 1992:

“Foi junto desta estátua que durante décadas grandes e corajosas manifestações de Resistência e Fé na verdadeira República enfrentaram nos dias 5 de Outubro as cargas da Guarda Nacional

² A referência ao Arquivo Nacional Torre do Tombo diz respeito ao Arquivo da PIDE/DGS: Eleições para deputados em 1969, distrito de Lisboa, PIDE/DGS SC SR n.º de processo 1020/69 UI: 3721.

Republicana e da Polícia de Choque do Regime Fascista, o qual despido de qualquer ética destruiu através da PIDE, da censura e do partido único (União Nacional) todo o desenvolvimento criativo de Portugal nos âmbitos da Educação, da Cultura, da Política e ainda do natural desenvolvimento na economia europeia e mundial.” (5 de Outubro de 1992, 1992:1)

Ida ao cemitério como ato de resistência

O cemitério do Alto de São João (antigo cemitério Oriental) na Penha de França em Lisboa, foi criado na primeira metade do século XIX. Inicialmente fora de portas, ou seja, consagrando o afastamento entre a cidade dos vivos e dos mortos, durante o período do Estado Novo já se encontrava integrado na malha urbana. Murado, com um portão monumental a fazer a separação entre os dois espaços, está organizado por ruas e números, semelhante à organização de uma cidade, com as diferenças socioeconómicas patentes nas construções funerárias, sepulturas individuais próprias das alterações do liberalismo (Catroga, 1999:17) e jazigos.

A romagem ao cemitério do Alto de São João (bem como a outros cemitérios em Lisboa e noutras localidades do país) feita durante o Estado Novo manteve e reatualizou uma tradição do culto cívico dos mortos (Catroga, 1999), que encontramos ainda antes da implantação do regime republicano em 1910.

Neste caso, homenageavam-se os heróis republicanos ou seja, e recorrendo mais uma vez a Fernando Catroga, à autoridade simbólica dos mortos para os elevar a *antepassados normativos e paradigmáticos* de um grupo (1999:22). Como se escrevia num panfleto de 1929, apelando à participação nas comemorações do 5 de Outubro e na romagem: “*os mortos mandam*” (Ao povo republicano, 1929). Estes “mártires” e “heróis” tinham morrido pelos republicanos – “*morrido por nós*”, na expressão original – e pelo Futuro, assim mesmo, grafado a maiúsculas (Ao povo republicano, 1929).

Se a tradição de culto cívico dos mortos, a que se podem acrescentar as grandes manifestações em funerais de figuras oposicionistas, nos dá o contexto geral, é preciso olhar com mais atenção para o caso do cemitério do Alto de São João, lendo-o, de modo a perceber a sua importância como local simbólico para o republicanismo e para parte da oposição ao Estado Novo.

É assim fundamental levar em linha de conta as intervenções feitas durante a República, quer por associações quer pelas vereações republicanas, sendo de relevo o papel do vereador Alfredo Guisado na Câmara Municipal de Lisboa, com a remodelação da paisagem cemiterial, “*recuperando alguns dos grandes mortos aos quais a República se sentia agradecida procurando panteonizá-los, erigindo monumentos de grande significado nas alamedas principais dos cemitérios de Lisboa*” (Flores, 1993:72). De entre as várias personalidades republicanas enterradas neste cemitério, vale a pena lembrar António José de Almeida, Machado Santos, Cândido dos Reis, Miguel Bombarda, Heliodoro Salgado e Augusto José Vieira (Flores, 1993:66 e Relvas, 2009:132). Segundo Anabela Valente (1993:141-142) os túmulos das romagens republicanas estavam localizados no eixo da rua n.º 1.

A organização tornada pública desta romagem era feita pelos centros republicanos, de entre os quais o Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida e o Centro Escolar Republicano Almirante Reis. Nos anos cinquenta encontramos ainda com responsabilidades na organização os centros Boto Machado, Alberto Costa e os centros de Santos e Alcântara.

Nas comemorações de índole cívica, “*a celebração enforma-se de componentes estéticos, dinâmicos, corporais (o desfile) e orais (os discursos) mais explícitos, de modo a realizar programadamente as suas intenções educativas e sociais.*” (Catroga, 1999:25). Neste sentido, procuramos analisar a “coreografia” do desfile, com semelhanças ao longo do período em análise.

O primeiro ato desta comemoração tinha lugar na passagem do espaço exterior para o interior. A concentração à entrada do portão do cemitério começava antes da hora marcada para a cerimónia. O momento em que um significativo conjunto de pessoas (de centenas a um ou dois milhares) saía à rua para uma manifestação coletiva – uma ida ao cemitério a que se seguiria uma romagem à estátua de António José de Almeida (depois do 25 de Abril encontramos notícias que relatavam a modificação do percurso, começando na estátua) – era entendido pelo Estado Novo como um momento potencialmente perigoso e disruptor.

Perante a ocupação do espaço por um coletivo oposicionista, o regime respondia com o aparato coercivo e repressivo. Os jornais oposicionistas fizeram referência à constante vigilância das forças policiais do regime e denunciaram vários episódios de violência. Em 1961, um ano depois do cinquentenário, as romagens

foram proibidas (muito embora individualmente se conseguisse entrar) e no largo fronteiro ao cemitério concentravam-se polícia e legionários. O *Avante!* (1.^a quinzena outubro, 1961) denunciou a “*brutal exibição das forças policiais*”, as metralhadoras na rua, as cargas de cassetete e as prisões. Ou, como referem mais adiante, algumas zonas de Lisboa pareciam estar em “*estado de sítio*”. Em 1962 as autoridades tornaram a proibir as romagens com carácter de manifestação coletiva – os corpos em comum – e procuraram dispersar as pessoas. Em 1968, o *Avante!* fez referência a espancamentos e em 1969 o *Diário de Lisboa* noticiava a prisão de 13 pessoas. Em 1977 (*Diário de Lisboa*, 19473 de 6 de outubro de 1977) Mário Soares evocou as romagens feitas ao cemitério no 5 de Outubro e no 31 de Janeiro “*sob as cargas policiais.*”

Ao contrário do que o regime queria fazer deles – desordeiros – , os organizadores das comemorações e das homenagens pediam a todos os que nela participavam correção e ordem. As descrições sobre a composição do grupo de pessoas presentes na romagem do 5 de Outubro pretendiam construir a ideia de diversidade geracional e de classe, com a referência a operários, trabalhadores e estudantes. Igualmente encontramos a alusão específica à presença de mulheres, sujeitos políticos minorizados no discurso estadonovista, que as remete para o universo da domesticidade.

Não sendo sempre absolutamente igual, o cortejo no interior do cemitério, “*terra sagrada*” (Ao povo republicano, 1929), tem características comuns: um conjunto de republicanos opositoristas liderados por uma frente no desfile visitava, por uma ordem específica, determinados jazigos de heróis republicanos, locais de grande simbolismo, onde os discursos eram proferidos. Eram, igualmente, depositadas flores.

O cortejo assumia, na maior parte dos casos e de acordo com o local, uma postura silente. Mas, tal como na tradição republicana do uso político da palavra, do “verbo quente”, através do discurso de uma figura de grande prestígio, o silêncio era quebrado pelas palavras ditas por um ou mais oradores junto das campas dos vultos republicanos. Os presentes respondiam com palavras de ordem. A mais tradicional e em clara continuidade com o passado que se celebrava era “Viva a República”, à qual se associava a “Democracia” ou ainda “Amnistia”, atualizando o léxico e o património das lutas. Em 1968, segundo o jornal *Avante!* no interior do cemitério

ouviram-se os pedidos de amnistia para os presos políticos e já no exterior, fora do espaço desejavelmente ordeiro, “*Morra o fascismo*”, “*Viva a democracia*”, “*Abaixo a PIDE*” e “*Liberdade*” (*Avante!*, 396, outubro-novembro de 1968).

Pese embora a existência de vários vultos republicanos enterrados no cemitério do Alto de São João, os cortejos, ao longo dos anos, privilegiaram alguns em detrimento de outros. O túmulo de António José de Almeida (dependendo de que centro tem a primazia da organização), podendo ser o primeiro a ser visitado ou o último encerrando o cortejo, era um dos mais importantes pontos simbólicos desta comemoração. Homenageava-se o homem político e, sobretudo, tal como é referido nas descrições, o presidente da República. No caso deste político é sempre duplamente homenageado, no cemitério e na estátua. Em qualquer dos casos, representava não só uma homenagem nominal, mas também uma evocação da República que existiu e a sua projeção no futuro. Como se escreveu “(...) *a República que vem será a República para todos.*” (Programa para a Democratização da República, 1961:10)

Igualmente importante era a paragem nos túmulos de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, heróis republicanos, consagrados, aliás, imediatamente depois da revolução com os primeiros funerais de Estado do regime republicano. Os túmulos foram erigidos em 1925, pela última vereação republicana (Relvas, 2009:132). Apenas depois do 25 de Abril é que se fez abertamente junto aos seus túmulos a evocação da ação da Carbonária e da Maçonaria (*Diário de Lisboa*, 19473 de 6 de outubro de 1977), mas as interpretações possíveis feitas durante o Estado Novo, não excluíam, é certo, esta associação. No período analisado a Maçonaria estava já ilegalizada (1935), mas de entre os dirigentes e os sócios dos centros republicanos, há indivíduos que eram maçons ou que mantinham vivas algumas das suas ideias. Desta forma, pela coincidência e simultaneidade de papéis, as comemorações do 5 de Outubro tinham uma base e uma leitura maçónicas.

O túmulo de Machado Santos, um dos heróis da revolução, morto em 1921, que se encontra na mesma “rua” que os anteriores, também é frequentemente mencionado, assumindo-se como central em vários destes cortejos.

Nem sempre referida, era, contudo, comum a passagem do cortejo pelo monumento “*Às vítimas do movimento republicano de 5 de Outubro de 1910*”, erigido em 1925, pela vereação republicana e “destinado a albergar os restos mortais

dos que morreram pela República” (Relvas, 2009:132) . Em alguns casos, nem todos os participantes se dirigiam a este monumento. Por exemplo, o cortejo de 1968, teve início no túmulo de Cândido dos Reis e finalizou no de António José de Almeida. Depois disso, e segundo o *Diário de Lisboa*, (16451, outubro de 1968) parte da assistência dirigiu-se ao monumento dos heróis do 5 de Outubro.

Escolhemos dois exemplos para analisar a estrutura dos cortejos e a forma como a política coeva se relacionava com esta comemoração. Começamos com o cortejo de 1958. O *Diário de Lisboa* noticiou o programa *autorizado* (só podiam ter lugar em Lisboa) das comemorações que se iniciavam, com a tradicional romagem ao Alto de São João, desta feita com a presença de Humberto Delgado – como o próprio recordou nas suas memórias. Em 1958, ano das eleições presidenciais, feitas num clima de violência e intimidação a montante, e fraude generalizada a jusante, que tiveram como resultado a “derrota” de Humberto Delgado, o 5 de Outubro foi marcado pela presença e pelo protagonismo do candidato oposicionista, vitoriado pelos presentes (*Avante!*, 265, outubro 1958). Reconhecia-se a sua importância política e, naquele espaço simbólico, negava-se a sua “derrota”. O *Avante!* (2.^a quinzena outubro, 1958), descrevendo a mesma romagem, acentuou a pressão de forças policiais e militares (PSP, PIDE e GNR).

À frente do cortejo pessoas com flores, não identificadas pelo *Diário de Lisboa*, e o general Humberto Delgado. O primeiro lugar da romagem foi o mausoléu de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. Foi aqui que, depois da deposição de flores, várias individualidades tais como Jaime Cortesão, Humberto Delgado, Cunha Leal, Arlindo Vicente e António Lomelino, discursaram, quebrando o silêncio descrito como impressionante.

A saída das cerca de duas mil pessoas fez-se lentamente, já que só uma das meias portas laterais da entrada estava aberta. Mais uma vez o regime queria destruturar a força do encontro de corpos, impedindo que se forme o cortejo para a estátua. Humberto Delgado contou que “*O cortejo avançou pelo cemitério de forma muito ordeira, mas quando nos preparávamos para sair, a polícia fez má cara e insistiu que saíssemos por uma porta lateral.*” (Delgado, 1991:139)

O *Avante!* relatou que tanto no cemitério como mais tarde no monumento a António José de Almeida, “*o povo cantou a Portuguesa, deu vivas à liberdade e à*

Democracia e vitoriou com entusiasmo o general Humberto Delgado.” (2.^a quinzena outubro, 1958).

Em 1969, ano de eleições para a assembleia nacional, surpreendemos comemorações particularmente dinâmicas – e igualmente de uma grande violência repressiva – com a presença de candidatos da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) e da CDE (Comissão Democrática Eleitoral). Segundo o comunicado da CEUD, poucos dias antes do 5 de Outubro realizou-se uma reunião entre os delegados da CDE e da CEUD indigitados para tratarem desta questão. (*Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1969, ANTT). Segundo *O Século* de 4 de outubro (ANTT) havia ainda a registar iniciativas de várias coletividades e organismos populares.

Vejamos como se processou a comemoração do 5 de Outubro em 1969, ou como lhe chamou o jornal *O Século* de 7 de Outubro (ANTT), a “manifestação popular” de cerca de 4 mil pessoas, de entre as quais “senhoras” e estudantes. Tal como em anos anteriores, os centros republicanos promoveram pela manhã (10:30h) a romagem ao cemitério. A título de exemplo, e segundo a notícia de *O Século* de 4 de outubro (ANTT) o mesmo tipo de comemorações tiveram lugar em Setúbal, Grândola, Coimbra, Figueira da Foz, Porto (com as romagens ao Prado do Repouso e ao cemitério de Agramonte), Braga, Famalicão (evocação de Bernardino Machado), Guimarães, Barcelos, Fafe, Bragança (ao cemitério de Mirandela), Guarda. Nas sedes dos concelhos de Almada, Barreiro, Moita e nas freguesias de Lavradio e Cova da Piedade estavam igualmente previstas romagens aos cemitérios.

A primeira paragem foi junto do túmulo de Cândido dos Reis, falando o representante dos centros republicanos, António Lomelino, que ali depositou um “*ramo de cravos encarnados*”. (*O Século*, 7 de outubro de 1969, ANTT) De seguida, tomou a palavra Mário Soares afirmando que estavam ali “*sem divergências para homenagear os mártires e os heróis da República*” (*Diário de Lisboa*, 16809, outubro de 1969), prestando, em seguida, a sua homenagem ao general Humberto Delgado. Esta foi uma alteração bastante importante ao consagrar uma outra figura politicamente significativa que não estava diretamente relacionada com o panteão republicano. De notar que já em 1968, tinha sido prestada homenagem à militante comunista Maria Machado (que morrera a 4 de outubro de 1958), no cemitério do Lumiar.

O orador seguinte, Arlindo Vicente, prestou igualmente a sua homenagem a Humberto Delgado e fez um “ardente” apelo à união (*Diário de Lisboa*, 16809, outubro de 1969). As respostas dos presentes mostraram que o figurino destas comemorações era diferente quando gritaram não só “Viva a unidade republicana” como também as palavras de ordem “Liberdade” e “Amnistia” (*Diário de Lisboa*, 16809, outubro de 1969). Falou seguidamente Acácio Gouveia. Este cortejo passou ainda pelos túmulos de Pinheiro Chagas e Machado Santos, terminando com a intervenção da candidata da CEUD, junto ao túmulo de António José de Almeida, tecendo considerações sobre o papel da mulher na luta política. A “manutenção da ordem pública” estava a cargo da PSP, comandada pelo capitão Maltês Rodrigues. (*O Século*, 7 de outubro de 1969, ANTT).

Muito embora, o cemitério do Alto de São João estivesse claramente conotado com as celebrações oposicionistas do 5 de Outubro, a partir de 1969, o governo procurou apropriar-se deste espaço, visando a sua neutralização como espaço de luta. O *Avante!* (408, 2.^a quinzena outubro de 1969) chamou-lhe uma “*tentativa cínica*”, referindo-se às comemorações oficiais, nomeadamente a deposição de flores no túmulo de Machado Santos.

As comemorações devem ainda ser equacionadas, no que ao espaço diz respeito, na dinâmica criada entre a parte de dentro e a parte de fora do cemitério, ou dito de outra forma, entre o espaço de uma romagem tradicional e o espaço de novas formas de protesto. Em 1968 percebemos uma dicotomia no seio da oposição, que se traduz pela utilização diferenciada do espaço de dentro e o de fora. No cortejo que tradicionalmente se realiza dentro do cemitério António Lomelino (CERAR) pediu: “*É favor portarem-se com a máxima ordem, como bons republicanos que somos, para que a nossa patriótica manifestação não saia daqui deturpada.*” (*Diário de Lisboa* 1968). Fora do cemitério um grupo de “jovens manifestantes” desfilou com cartazes e a polícia apreendeu dísticos e manifestos.

Em 1970, o *Avante!* criticou, no que às comemorações dizia respeito, a “*compostura*”, a “*calma*” e a “*ordem*” dos velhos e saudosistas republicanos que dizem respeitar. Para democratas e antifascistas a linguagem deveria ser outra, privilegiando a ação em estreita ligação com as massas.

Considerações finais

Uma parte do projeto republicano – com as suas reactualizações – resistia diariamente nos centros republicanos, na sua dupla condição de escola e de lugar de sociabilidade política e cultural. Tiveram igualmente um papel de grande importância nas “campanhas eleitorais”, como locais de encontro e do debate possível. Neste sentido são enclaves na cidade, espaços de resistência.

Utilizando os dias faustos do seu calendário, os republicanos, juntamente com outros opositoristas e resistentes, saem à rua, como coletivo, fazendo a romagem ao cemitério, e indo até à estátua de António José de Almeida, afrontando a ordem do espaço público idealizada pelo Estado Novo.

Mesmo nos locais onde a repressão era total como nas cadeias, parte dos presos políticos continuava, como forma de resistência simbólica, a celebrar não só o 5 de Outubro – juntamente com outras datas. Cá fora, num ambiente que não era de liberdade, os que saíam à rua, respondiam aos presos, gritando por liberdade e amnistia.

As comemorações do 5 de Outubro durante o Estado Novo em Lisboa, associando memória e espaço, permitem-nos perceber que o passado – e as suas interpretações – eram *campos de batalha*. Os opositoristas e os resistentes – apesar das suas diferenças – lutavam por uma interpretação do passado que revalorizasse a experiência republicana, enquanto ponto de partida para a construção dos futuros políticos alternativos à ditadura.

Fontes e Bibliografia

- 5 de Outubro de 1992. *Palavras de Ramon de La Feria, Presidente da Comissão Permanente dos Centros Republicanos de Lisboa*, 1992, s.l, s.e.
- “Ao povo republicano”, 1929, CasaComum.org, Disponível HTTP:
http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147645, consultado a 29 de maio de 2015.
- "Comemorações do 05.OUT.1910", 1955, CasaComum.org, Disponível HTTP:
http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_78707, consultado a 29 de maio de 2015.
- ANTT, “Eleições para deputados em 1969, distrito de Lisboa”, PIDE/DGS SC SR n.º de processo 1020/69 UI: 3721
- Avante!* [1945 a 1973] Disponível <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>
- CATROGA, Fernando, 1999, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. 1756-1911, Coimbra, Minerva.
- , 1993, “Revolução e Secularização dos Cemitérios em Portugal” in F. Moita Flores, *Cemitérios de Lisboa: Entre o real e o imaginário*, Câmara Municipal de Lisboa: 23-33.
- DELGADO, Humberto, 1991, *Memórias de Humberto Delgado*, Coordenação de Iva Delgado e António de Figueiredo, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- Diário de Lisboa* [1945 a 1985] Disponível online: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/
- PEDRO, Manuel, 2004, *Sonhos de poeta. Vida de Revolucionário. Narrativa*, Lisboa, Editorial Avante!
- RELVAS, Eunice, 2009, “A acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 10: 313-133.
- SANTOS, Fernando Piteira, “Unidade Republicana”, Dossier 5 de Outubro, Centro de Documentação 25 de Abril, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=dossier5Outubro>, consultado em 29 de Maio de 2015.
- SARDICA, José Miguel, 2013, “XV- A memória da Primeira República no século XX português” in José Miguel Sardica, *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*, Lisboa, Universidade Católica.
- VALENTE, Anabela, 1993, “Cemitérios de Lisboa, Museus da Morte e da Vida” in F. Moita Flores, *Cemitérios de Lisboa: Entre o real e o imaginário*, Câmara Municipal de Lisboa: 137-142.
- VALENTE, Anabela & REIS, Judite, 2012, “Romagem Republicana ao cemitério do Alto de São João”, *Rossio. Estudos de Lisboa*, n.º 0 (Outubro).
- VIEIRA, Paula, 1999, *Os Cemitérios de Lisboa no Séc. XIX: pensar e construir o novo palco da memória*, Lisboa, FCSH/UNL.